

# A inserção de epistemologias feministas e interseccionais no ensino de filosofia

The integration of feminist and intersectional epistemologies into philosophy education

Suzana Oliveira de Almeida

<https://orcid.org/0000-0002-9175-1752> – E-mail: suzanafilosofia95@gmail.com

## RESUMO

Este artigo parte da necessidade de repensar o ensino de filosofia a partir de uma perspectiva feminista, especialmente no contexto da educação básica. O objetivo é propor uma prática pedagógica crítica que valorize epistemologias feministas — com destaque para o feminismo negro — como ferramentas de transformação curricular e política. A metodologia adotada é de natureza teórico-reflexiva, baseada em revisão bibliográfica de autoras como Patricia Hill Collins, bell hooks, Grada Kilomba e Djamila Ribeiro, articulando suas contribuições ao campo da educação filosófica. Os resultados apontam que o ensino de filosofia, quando atravessado por epistemologias feministas, amplia o repertório crítico dos estudantes, promove o reconhecimento de vozes historicamente silenciadas e tensiona estruturas de poder presentes na escola. Conclui-se que essa abordagem não apenas enriquece o currículo, mas também fortalece práticas educativas comprometidas com a justiça social e a emancipação intelectual.

**Palavras-chave:** Filosofia. Feminismo. Educação. Epistemologias. Currículo.

## ABSTRACT

This article addresses the need to rethink philosophy teaching from a feminist perspective, particularly within basic education. Its objective is to propose a critical pedagogical practice that embraces feminist epistemologies — especially Black feminism — as tools for curricular and political transformation. The methodology is theoretical and reflective, based on a bibliogra-

phic review of authors such as Patricia Hill Collins, bell hooks, Grada Kilomba, and Djamila Ribeiro, connecting their contributions to the field of philosophical education. The results indicate that philosophy teaching informed by feminist epistemologies expands students' critical repertoire, promotes the recognition of historically silenced voices, and challenges power structures within the school environment. It concludes that this approach not only enriches the curriculum but also strengthens educational practices committed to social justice and intellectual emancipation.

**Keywords:** Philosophy. Feminism. Education. Epistemologies. Curriculum.

## Introdução

Ensinar Filosofia no ensino médio público do Ceará é, antes de tudo, um ato de resistência. Em meio a desafios estruturais e sociais, a sala de aula torna-se um espaço onde o pensamento crítico pode florescer, mesmo diante da escassez. Como professora da rede pública, vivencio diariamente o potencial transformador da Filosofia — não como saber abstrato, mas como ferramenta viva, capaz de provocar inquietações e abrir caminhos para a emancipação intelectual.

Ao integrar o feminismo — especialmente o feminismo negro e interseccional — ao ensino filosófico, essa potência se intensifica. Longe de se restringir a pautas identitárias, o feminismo opera como lente crítica que desestabiliza estruturas de poder, denuncia silenciamentos históricos e propõe novas formas de pensar o mundo. Essa abordagem amplia o campo de reflexão para incluir vozes antes marginalizadas e experiências que desafiam o modelo hegemônico de conhecimento.

No contexto cearense, marcado por desigualdades raciais, sociais e de gênero, essa abordagem revela-se urgente. Estudantes oriundos de comunidades periféricas carregam vivências que raramente encontram espaço nos currículos escolares<sup>1</sup>. Ao trazer o feminismo para o centro das discussões filosóficas, criam-se oportunidades para que esses jovens se reconheçam como sujeitos históricos e produtores de conhecimento.

Este trabalho propõe uma reflexão sobre a articulação entre o ensino de filosofia e o feminismo no ensino médio público do Ceará, a partir de uma perspectiva que valoriza a escuta, o diálogo e a pluralidade de saberes. Inspirada por autoras que questionam a universalização do sujeito filosófico, defendo que essa integração não apenas aprofunda o processo educativo, mas também contribui para a formação de uma juventude mais consciente, crítica e engajada.

A filosofia, quando ensinada a partir das margens, revela sua capacidade de acolher múltiplas formas de pensar e existir. Ao romper com a lógica excludente que historicamente definiu o campo filosófico, abre-se espaço para que os estudantes se apropriem do saber como ferramenta de transformação. Essa apropriação não se dá apenas pelo conteúdo, mas pela metodologia, pela escuta ativa e pela valorização das experiências vividas.

<sup>1</sup> Por "currículos escolares", entende-se os documentos oficiais que orientam o ensino nas escolas públicas, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as diretrizes curriculares estaduais. Esses textos definem os conteúdos, competências e abordagens pedagógicas que devem ser trabalhados em sala de aula, influenciando diretamente quais saberes são valorizados ou marginalizados.

A escola pública, nesse cenário, torna-se território fértil para práticas pedagógicas que desafiam o *status quo*. Ao reconhecer os corpos que pensam e as histórias que resistem, o ensino de filosofia ganha densidade e relevância. Não se trata de adaptar conteúdos, mas de reconfigurar os próprios fundamentos do que se entende por ensinar e aprender filosofia.

Essa reconfiguração exige coragem institucional e sensibilidade docente. É preciso tensionar os currículos, questionar as ausências e propor caminhos que estejam alinhados com as realidades dos estudantes. A filosofia, nesse sentido, deixa de ser um saber distante e passa a ser uma prática cotidiana de questionamento, pertencimento e construção coletiva.

Ao assumir uma postura crítica diante das estruturas educacionais, este trabalho busca contribuir para o fortalecimento de uma pedagogia comprometida com a justiça social. A filosofia ensinada com perspectiva feminista e interseccional não apenas amplia horizontes teóricos, mas também convoca a escola a ser espaço de escuta, de acolhimento e de transformação.

## **Contra o silenciamento epistêmico: mulheres que pensam, mulheres que ensinam**

A proposta de integrar o ensino de filosofia ao feminismo, no contexto da escola pública cearense, inscreve-se em uma luta contra o silenciamento epistêmico que, historicamente, excluiu mulheres — sobretudo negras, indígenas, quilombolas e periféricas — dos espaços de produção e validação do conhecimento. Ao trazer essas vozes para o centro da prática pedagógica, rompe-se com a ideia de neutralidade filosófica e afirma-se a educação como território de disputa e transformação.

Djamila Ribeiro, uma das principais vozes do pensamento feminista negro contemporâneo no Brasil, propõe em *O que é lugar de fala?* uma reflexão ética e política sobre quem tem legitimidade para produzir saber e ser escutado. Sua abordagem interseccional revela como raça, gênero e classe moldam o acesso à palavra, à escuta e à construção do conhecimento. Para Ribeiro, “a linguagem é um mecanismo de manutenção de poder” (Ribeiro, 2017, p. 16), e o reconhecimento do lugar de fala constitui uma estratégia para romper com estruturas que historicamente silenciaram grupos subalternizados.

No contexto escolar, essa perspectiva é essencial para repensar o currículo e as práticas pedagógicas. Ao reconhecer os saberes situados dos estudantes — especialmente os oriundos de contextos periféricos — como legítimos, o ensino de filosofia deixa de ser mera reprodução do protótipo e passa a ser uma prática de escuta e emancipação. Ribeiro nos lembra que o lugar de fala<sup>2</sup> não é um privilégio, mas uma ferramenta ética para redistribuir a palavra e democratizar o espaço do saber. Sua crítica à neutralidade epistemológica evidencia que todo conhecimento é atravessado por relações de poder<sup>3</sup>, e ao trazer essa discussão para a sala de aula, o ensino de filosofia transforma-se em espaço de resistência e formação política.

Essa mesma perspectiva é aprofundada por Lélia Gonzalez, intelectual pioneira na articulação entre raça, gênero e cultura a partir de uma visão afrolatino-americana. Seu conceito de “amefrikanidade” propõe uma ruptura com a lógica colonial que invisibiliza os saberes afrodescendentes e valoriza a experiência histórica e cultural das populações negras da América Latina.

<sup>2</sup> Em *A ordem do discurso* (Foucault, 1996), o autor evidencia como o saber é regulado por dispositivos institucionais que determinam quem pode falar, quando e com que autoridade — uma crítica que dialoga diretamente com a noção de lugar de fala.

<sup>3</sup> Como aponta Michel Foucault “não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder” (Foucault, 1987, p. 27).

Gonzalez afirma que “o racismo estabelece uma hierarquia racial e cultural que opõe a ‘superioridade’ branca ocidental à ‘inferioridade’ negro-africana” (Gonzalez, 1988, p. 77), e essa hierarquia se reproduz nos currículos escolares, nos livros didáticos e nas práticas docentes.

Ao trazer as contribuições de Gonzalez para o ensino de filosofia, rompe-se com a ideia de que o pensamento válido é apenas aquele eurocentrado e o produzido no Norte Global. Sua crítica à colonialidade do saber inspira práticas pedagógicas que reconhecem epistemologias marginalizadas como legítimas e potentes. A ameficanidade, nesse sentido, não é apenas um conceito identitário, mas uma proposta epistemológica que valoriza os saberes oriundos das periferias, dos quilombos, das favelas e das comunidades negras urbanas. Gonzalez também convida os educadores a revisarem o modelo filosófico e a incluírem autoras que pensam a partir de seus corpos, territórios e experiências, afirmindo a pluralidade do pensamento humano e desafiando as estruturas que sustentam o racismo epistêmico.

Essa crítica à exclusão epistêmica é radicalizada por Grada Kilomba, escritora e teórica interdisciplinar que propõe uma epistemologia encarnada, unindo teoria, vivência e narrativa autobiográfica. Em *Memórias da Plantação*, Kilomba denuncia o racismo estrutural presente nas instituições de saber e desafia os padrões acadêmicos tradicionais. Ao mencionar o conceito de “Outro”<sup>4</sup> desenvolvido por Simone de Beauvoir, Kilomba afirma que “a mulher negra é o Outro do Outro. Ela não é homem, nem branca. Ela é o Outro do Outro, aquele que não tem lugar” (Kilomba, 2019, p. 51).

Sua escrita performativa e afetiva transforma episódios de racismo cotidiano em ferramentas de análise crítica, mostrando que o saber não está apenas nos livros, mas também nos corpos que resistem. Ao incluir narrativas autobiográficas na prática pedagógica, o ensino de filosofia torna-se mais próximo, vivo e transformador, especialmente para estudantes que enfrentam situações de exclusão. Kilomba também propõe uma crítica à linguagem acadêmica, que muitas vezes exclui sujeitos marginalizados por meio de jargões e formalismos. Sua escrita acessível e poética convida à construção de uma filosofia estética, afetiva e insurgente.

Essa pedagogia insurgente encontra ressonância na obra de bell hooks, uma das pensadoras mais influentes do feminismo negro e da pedagogia crítica. Em *Ensinando a transgredir*, hooks propõe uma educação da escuta, do afeto e da transformação, rompendo com a lógica bancária da educação e valorizando o diálogo como método. “A sala de aula continua sendo um dos locais mais radicais de possibilidade” (hooks, 2013, p. 12), escreve, afirmando que o ensino pode ser um espaço de liberação.

Para hooks, pensamento e prática são inseparáveis. O trabalho intelectual é parte fundamental da luta pela liberação dos oprimidos, e a educação deve ser um espaço onde os estudantes possam se reconhecer como sujeitos críticos e criativos. Ao se definir como intelectual, desafia a ideia de que mulheres negras são apenas corpos e não mentes pensantes — uma crítica que ecoa fortemente no contexto escolar brasileiro. Sua proposta pedagógica valoriza a

<sup>4</sup> Segundo Beauvoir: “A história mostrou-nos que os homens sempre detiveram todos os poderes [sic] concretos; desde os primeiros tempos do patriarcado, julgaram útil manter a mulher em estado de dependência; seus códigos estabeleceram-se contra ela; e assim foi que ela se constituiu concretamente como Outro. Esta condição servia os interesses dos homens, mas convinha também a suas pretensões ontológicas e morais. Desde que o sujeito busque afirmar-se, o Outro, que o limita e nega, é-lhe entretanto necessário: ele [sic] só se atinge através dessa realidade que ele [sic] não é. Por isso, a vida do homem nunca é plenitude e repouso, ela é carência e movimento, é luta. Diante de si, o homem encontra a Natureza; tem possibilidade de dominá-la e tenta apropriar-se dela. Mas ela não pode satisfazê-lo. Ou ela só se realiza como uma oposição puramente abstrata e é então obstáculo e permanece alheia, ou se dobra passivamente ao desejo do homem e deixa-se assimilar por ele [sic]; ele [sic] só a possui consumindo-a, isto é, destruindo-a. Nesses dois casos, ele [sic] continua só; está só quando toca uma pedra, só quando digere um fruto. Só há presença do outro se o outro é ele [sic] próprio presente a si; isso significa que a verdadeira alteridade é a de uma consciência separada da minha idêntica a ela” (Beauvoir, 1970, p. 179).

escuta ativa, o acolhimento das diferenças e a construção coletiva do saber. Ao incluir sua obra no ensino de filosofia, afirma-se que o conhecimento é atravessado por afetos, histórias e relações de poder.

Além disso, hooks defende uma educação que seja também uma prática de cuidado. O afeto, para ela, não é oposto à razão, mas parte essencial da construção do conhecimento. Ao trazer essa perspectiva para a sala de aula, o ensino de filosofia torna-se uma prática ética, política e transformadora — capaz de romper com o silenciamento epistêmico e afirmar que mulheres pensam, mulheres ensinam, mulheres transformam.

Essas autoras, entre outras, oferecem um arcabouço teórico que permite repensar o ensino de filosofia como prática insurgente, capaz de dialogar com os saberes populares, com as vivências dos estudantes e com as lutas sociais que atravessam o cotidiano escolar. Ao afirmar que mulheres pensam e ensinam, desafia-se o cânone filosófico e reivindica-se uma educação que escuta, acolhe e transforma.

## Prática pedagógica e experiências em sala de aula

No cotidiano da escola pública cearense, a sala de aula emerge como território de contrastes — onde convivem falas interrompidas, escutas urgentes e tensões latentes. Diante das desigualdades sociais e raciais que atravessam esse espaço, o ensino de filosofia, quando articulado ao feminismo, assume um papel provocador: rompe silêncios, desafia estruturas e inaugura possibilidades de pensamento que se conectam com os corpos e experiências dos estudantes. No contexto da rede pública de ensino, observa-se que a articulação entre os conteúdos filosóficos e as abordagens feministas contribui para a ampliação do repertório dos estudantes, favorecendo processos de reflexão sobre identidade, trajetória pessoal e inserção social.

Ao trabalhar com autoras como Djamila Ribeiro, Lélia Gonzalez, bell hooks e Grada Kilomba, percebemos que os estudantes — especialmente meninas negras e periféricas — se reconhecem nos textos, nas falas e nas experiências narradas. Em uma atividade sobre o conceito de “lugar de fala”, por exemplo, uma aluna compartilhou que nunca havia se sentido autorizada a falar sobre sua realidade familiar, marcada pela ausência paterna e pela sobrecarga da mãe<sup>5</sup>. A leitura de Gonzalez permitiu que ela compreendesse sua vivência como parte de uma estrutura social, e não como uma falha individual.

Em outro momento, ao discutir o conceito de “Outro do Outro” de Kilomba, um estudante trans trouxe à tona sua experiência de exclusão dentro e fora da escola. A filosofia, nesse contexto, deixou de ser uma disciplina abstrata e tornou-se ferramenta de escuta, acolhimento e elaboração crítica. A partir dessas vivências, conseguimos compreender que o ensino de filosofia precisa ser atravessado por uma ética da escuta e por uma pedagogia do afeto — como propõe bell hooks, ao afirmar que “ensinar é um ato de amor, [e a sala de aula pode ser] um local de liberdade” (hooks, 2013, p. 13).

Essas experiências demonstram que a filosofia, quando articulada ao feminismo, pode promover deslocamentos significativos na forma como os estudantes e as estudantes se percebem e se posicionam. A escuta ativa, o reconhecimento das identidades e a valorização dos saberes situados tornam-se elementos centrais para uma prática pedagógica comprometida

<sup>5</sup> Como afirma Silvia Federici, “a reprodução da vida cotidiana — cozinhar, limpar, cuidar dos outros — é uma atividade essencial, embora historicamente invisibilizada e desvalorizada” (Federici, 2019, p. 37).

com a transformação social. Ao romper com a lógica meritocrática e universalizante do currículo tradicional, abre-se espaço para que os estudantes se tornem sujeitos de sua própria formação.

No contexto da escola pública, essa abordagem enfrenta desafios concretos: resistência de colegas, ausência de formação continuada, escassez de materiais didáticos e, por vezes, a incompreensão da comunidade escolar. Ainda assim, é justamente nesses espaços que o ensino crítico se faz mais necessário. A filosofia feminista não oferece respostas prontas, mas provoca perguntas que desestabilizam certezas e convidam à construção coletiva do conhecimento.

Essas práticas revelam que o ensino de filosofia precisa ser orientado por uma perspectiva interseccional, que considere as múltiplas dimensões da existência dos estudantes. Isso implica reconhecer que raça, gênero, classe e sexualidade não são categorias isoladas, mas atravessam e moldam as experiências escolares. Incorporar essas dimensões ao planejamento pedagógico é um gesto político e ético, capaz de transformar a escola em um espaço de formação cidadã, crítica e plural.

## Desafios e resistências no ensino público

O ensino de filosofia aliado ao feminismo, no contexto da escola pública cearense, enfrenta múltiplos desafios que vão além da estrutura física e da escassez de recursos. Trata-se de uma disputa política sobre quais saberes são considerados legítimos, quais vozes são autorizadas a falar e quais corpos podem ocupar o espaço do conhecimento. Ao propor uma abordagem interseccional e crítica, o trabalho docente se depara com resistências institucionais, culturais e epistemológicas que exigem coragem, escuta e estratégia.

Uma das principais barreiras é a persistência de uma lógica curricular eurocentrada, que privilegia autores homens, brancos e ocidentais como representantes universais do pensamento filosófico. Essa hegemonia epistemológica invisibiliza autoras como Lélia Gonzalez, que denuncia a hierarquização dos saberes e a marginalização das mulheres negras na produção intelectual. Para Gonzalez, “o racismo, mais do que uma questão de cor, é antes de tudo um sistema de classificação cultural que legitima a superioridade do branco e a inferioridade do negro” (Gonzalez, 1984, p. 225).

Essa estrutura curricular não apenas exclui vozes dissidentes, como também reforça uma ideia de neutralidade do conhecimento que desconsidera os marcadores sociais de diferença. Djamila Ribeiro também aponta que “a linguagem é um instrumento de poder, pois quem nomeia o mundo a partir de sua visão de mundo, silencia outras perspectivas. [...] O não ouvir é a tendência a permanecer num lugar cômodo e confortável daquele que se intitula poder falar sobre os Outros, enquanto esses Outros permanecem silenciados” (Ribeiro, 2017, p. 23).

Além disso, há resistências por parte de colegas docentes e da comunidade escolar, que muitas vezes interpretam o feminismo como ideologia partidária ou como ameaça à ordem tradicional. Essa reação revela o quanto o feminismo ainda é mal compreendido e estigmatizado, especialmente quando articulado com questões raciais e de classe. bell hooks destaca que o trabalho intelectual é parte essencial da luta por liberação. Como afirma: “Nos círculos políticos progressistas, o trabalho dos intelectuais raramente é reconhecido como uma forma de ativismo” (hooks, 1995, p. 20).

A própria estrutura da escola pública, marcada pela precarização e pela sobrecarga de trabalho, dificulta a implementação de práticas pedagógicas transformadoras. A ausência de formação continuada, de materiais didáticos adequados e de apoio institucional limita as pos-

sibilidades de inovação. Outro ponto de resistência vem dos próprios estudantes, que muitas vezes reproduzem discursos conservadores e misóginos, resultado de uma socialização marcada pela violência familiar. No entanto, é justamente nesse espaço que o ensino de filosofia pode operar deslocamentos. Ao discutir o conceito de “Outro do Outro” de Grada Kilomba, por exemplo, muitos estudantes começam a perceber como suas próprias identidades foram construídas a partir da exclusão e da negação.

Esse desafios não devem ser vistos como obstáculos intransponíveis, mas como parte do processo de transformação. A resistência à abordagem feminista no ensino de filosofia revela, portanto, o quanto a escola ainda é um espaço de disputa por narrativas, por legitimidade e por poder. Enfrentar essas resistências exige não apenas conhecimento teórico, mas também sensibilidade, escuta e compromisso ético com a pluralidade. Sueli Carneiro nos lembra que “a afirmação da diferença é também a afirmação da humanidade, e essa é uma luta essencial para a construção de uma sociedade mais justa” (Carneiro, 2005, p. 119).

## Estratégias metodológicas interseccionais

A construção de práticas pedagógicas interseccionais no ensino de Filosofia exige uma abordagem que ultrapasse a simples transmissão de conteúdos. Trata-se de criar espaços de escuta, acolhimento e reflexão crítica, nos quais os estudantes possam reconhecer suas experiências como legítimas fontes de saber. A interseccionalidade, conforme desenvolvida por Patricia Hill Collins, permite compreender como raça, gênero, classe e sexualidade se entrelaçam na constituição das identidades e das opressões vividas pelos sujeitos. Nesse sentido, “a interseccionalidade oferece uma maneira de entender as complexas relações entre estruturas de poder interligadas, como racismo, sexism, classismo e heterossexismo” (Collins; Bilge, 2021, p. 15).

Nesse contexto, o conceito de *outsider within*, elaborado por Patricia Hill Collins, torna-se essencial para pensar o lugar dos estudantes marginalizados na escola. Ao reconhecer que esses sujeitos ocupam posições limítrofes dentro das estruturas sociais, é possível valorizar suas perspectivas como enriquecedoras para o debate filosófico. Como afirmam Collins e Bilge, “colocar os grupos marginalizados no centro da análise revela aspectos da realidade que permanecem invisíveis quando se parte de perspectivas mais ortodoxas” (Collins; Bilge, 2016, p. 29).

A metodologia interseccional também se apoia no conceito de lugar de fala, desenvolvido por Djamila Ribeiro, que propõe uma reflexão ética sobre quem fala, de onde fala e com que legitimidade. Como afirma a autora, “o não ouvir é a tendência a permanecer num lugar cômodo e confortável daquele que se intitula poder falar sobre os Outros, enquanto esses Outros permanecem silenciados” (Ribeiro, 2018, p. 15). Essa perspectiva desafia a ideia de neutralidade epistemológica e convida à construção de práticas pedagógicas mais democráticas e plurais.

Em sala de aula, essa abordagem se concretiza em práticas como rodas de conversa, análise de textos de autoras negras e indígenas, produção de narrativas autobiográficas e debates sobre identidade, poder e resistência. A escuta ativa é central nesse processo, pois permite que os estudantes se reconheçam como sujeitos históricos e produtores de conhecimento. bell hooks argumenta que o engajamento intelectual é fundamental para os processos de emancipação social, e que o ambiente escolar, quando orientado por práticas críticas e inclusivas, pode se tornar um espaço potente de transformação e resistência.

Outro aspecto fundamental é a necessidade de tensionar o currículo tradicional, que frequentemente universaliza a experiência masculina, branca e ocidental como padrão. Judith

Butler contribui com a desconstrução das identidades fixas ao propor que o gênero não é uma essência imutável, mas uma construção social que se manifesta por meio de práticas reiteradas. Essa perspectiva permite incluir sujeitos que escapam ao binarismo de gênero, como pessoas trans, travestis e não binárias, cujas experiências são frequentemente invisibilizadas na escola. Como afirma a autora:

O gênero é uma repetição estilizada de atos ao longo do tempo, uma imitação ou uma paródia de um ideal consolidado de gênero. Essa repetição é o que constitui a identidade de gênero, e não uma expressão de alguma verdade interior. O que chamamos de “gênero” é, portanto, uma construção performativa, sustentada por normas sociais que regulam os corpos e os comportamentos (Butler, 2018, p. 190).

A desconstrução das hierarquias de saber na sala de aula exige uma revisão crítica da história da Filosofia, dos princípios filosóficos e das formas tradicionais de ensino. Ao privilegiar apenas determinados autores — majoritariamente homens brancos europeus — o currículo perpetua uma lógica excluente que silencia outras epistemologias. Incorporar perspectivas decoloniais, feministas e antirracistas não significa abandonar o rigor filosófico, mas ampliá-lo, reconhecendo que o pensamento crítico também emerge das margens, dos corpos racializados, das experiências dissidentes e dos saberes ancestrais.

Nesse sentido, o reconhecimento das subjetividades dos estudantes como fontes legítimas de conhecimento transforma a sala de aula em um espaço de escuta ativa e construção coletiva. Quando os sujeitos são convidados a refletir sobre suas próprias trajetórias, identidades e contextos, o processo educativo deixa de ser vertical e passa a ser dialógico. Essa abordagem favorece o desenvolvimento de uma consciência crítica, capaz de questionar estruturas de poder e propor alternativas éticas e políticas para a convivência democrática.

Além disso, a valorização das vozes dissidentes no ensino de filosofia contribui para a formação de sujeitos mais sensíveis às injustiças sociais e mais comprometidos com a transformação do mundo. Ao romper com a neutralidade epistemológica e reconhecer que todo saber está situado, o ensino se torna um ato político. A filosofia, nesse contexto, deixa de ser uma abstração distante e passa a dialogar com os dilemas concretos da vida, com os afetos, os conflitos e as potências que atravessam os corpos em sala de aula.

A proposta metodológica aqui defendida, portanto, é a de uma filosofia encarnada<sup>6</sup>, situada e comprometida com a transformação social. Isso implica reconhecer que os saberes não se limitam aos textos clássicos, mas também emergem dos corpos, das vivências e das resistências cotidianas. Grada Kilomba, ao refletir sobre os efeitos da invisibilidade, afirma: “reivindicar o direito à fala é reivindicar o direito à existência” (Kilomba, 2019, p. 23).

## **Impactos observados na formação dos estudantes**

A inserção de epistemologias feministas e interseccionais no ensino de filosofia tem gerado impactos significativos na formação dos estudantes da rede pública cearense. Ao romper com a lógica universalizante do currículo tradicional, essa abordagem permite que os alunos se reconheçam como sujeitos históricos, produtores de saber e agentes de transformação. A es-

<sup>6</sup> Conforme aponta Etiane Araldii (2022), “o pensamento feminista contribui para uma explicação localizada da educação, ao reconhecer os contextos históricos, sociais e afetivos que moldam os processos de aprendizagem”.

culta ativa e o reconhecimento das experiências vividas como fontes legítimas de conhecimento têm promovido deslocamentos importantes na forma como os alunos se percebem e se relacionam com o mundo.

Em atividades que envolvem a leitura de autoras como Lélia Gonzalez e Grada Kilomba, por exemplo, estudantes negras relatam sentir-se, pela primeira vez, representadas no conteúdo escolar. Essa identificação fortalece a autoestima, amplia o repertório crítico e estimula o engajamento político. A abordagem interseccional tem contribuído para a desconstrução de estereótipos de gênero e raça entre os estudantes. A presença de autoras negras, indígenas e LGBTQIAPN+ no currículo filosófico também tem ampliado a noção de pluralidade<sup>7</sup> entre os estudantes. Essa valorização da diferença contribui para a construção de uma cultura escolar mais inclusiva e democrática.

Além disso, a filosofia feminista tem promovido uma mudança na relação dos estudantes com o conhecimento. Ao se apropriar do pensamento crítico, os alunos deixam de ser receptores passivos e tornam-se protagonistas de suas trajetórias educativas. Essa transformação é visível em projetos escolares, debates, produções textuais e intervenções comunitárias que emergem das discussões filosóficas. Vale ressaltar, contudo, que esses impactos não ocorrem de forma homogênea. Cada estudante vivencia o processo educativo a partir de sua localização nas relações de poder, e é justamente essa diversidade de experiências que enriquece o ambiente escolar e fortalece a construção coletiva do saber. A interseccionalidade, nesse contexto, não é apenas uma ferramenta analítica, mas uma prática pedagógica que afirma a dignidade, a escuta e a transformação.

## Considerações finais

A articulação entre o ensino de filosofia e o feminismo, no contexto da escola pública cearense, revela-se como uma prática pedagógica profundamente transformadora. Ao romper com os paradigmas eurocentrados e universalizantes que historicamente moldaram o currículo escolar, essa abordagem permite que estudantes marginalizados se reconheçam como sujeitos históricos, produtores de saber e agentes de mudança. A filosofia, quando atravessada por epistemologias feministas e interseccionais, deixa de ser um saber abstrato e passa a constituir uma ferramenta viva de resistência, escuta e emancipação.

As experiências relatadas em sala de aula demonstram que a presença de autoras como Djamila Ribeiro, Lélia Gonzalez, Grada Kilomba, bell hooks e Judith Butler não apenas amplia o repertório teórico dos estudantes, mas também os convida a refletir sobre suas trajetórias, identidades e lugares sociais. A escuta ativa, a valorização dos saberes situados e a desconstrução das normas hegemônicas tornam-se pilares de uma pedagogia comprometida com a pluralidade, a justiça e a dignidade. Como defende Patricia Hill Collins, reconhecer os pontos de vista dos grupos marginalizados é essencial para reformular nossas epistemologias e construir práticas educativas mais inclusivas.

Ainda assim, essa proposta enfrenta resistências estruturais, institucionais e simbólicas que exigem coragem, afeto e compromisso ético. A escola pública, apesar de seus limites, é também um espaço fértil para a construção de práticas educativas insurgentes, capazes de

<sup>7</sup> Segundo Hannah Arendt “a pluralidade é a condição da ação humana porque somos todos iguais, isto é, humanos, mas esta igualdade nunca é absoluta, pois ninguém é igual a ninguém que já tenha vivido, viva ou venha a viver” (Arendt, 2001, p. 236).

desafiar o silenciamento epistêmico e promover a visibilidade de corpos, vozes e narrativas historicamente excluídas. bell hooks nos lembra que a sala de aula pode ser um local radical de possibilidade — desde que estejamos dispostos a transgredir os limites impostos pela tradição e pela norma.

A filosofia feminista, nesse contexto, não se limita à crítica teórica: ela se encarna nas relações cotidianas, nos gestos de escuta, nas escolhas curriculares e nas práticas de acolhimento. Trata-se de uma pedagogia que reconhece a diversidade como potência, que escuta os que foram calados e que afirma, como propõe Sueli Carneiro, que a luta pela afirmação da diferença é também uma luta pela afirmação da humanidade. Ao incluir autoras negras, indígenas e dissidentes no currículo, afirmamos que o pensamento não tem cor, gênero ou território fixo — ele é plural, situado e insurgente.

Ao longo deste artigo, procuramos evidenciar que o ensino de filosofia aliado ao feminismo não é apenas uma proposta teórica, mas uma prática concreta que transforma relações, subjetividades e horizontes. Essa abordagem não apenas amplia o campo do conhecimento, como também redefine o papel da escola como espaço de escuta, reconhecimento e transformação social. Mulheres pensam, mulheres ensinam, mulheres transformam — e suas vozes precisam ecoar na escola, na academia e na sociedade. Que essa escuta não seja exceção, mas fundamento.

## Referências

- ARALDI, E. Contribuições do pensamento feminista para uma explicação localizada da educação e da aprendizagem. *Observatório de Educação*, 2022. Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br>. Acesso em: 24 ago. 2025.
- ARENKT, H. *A condição humana*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
- BEAUVIOR, S. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1970.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- CARNEIRO, S. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. In: SILVA, P. B. (Org.). *Pensamento negro: reflexões sobre o racismo e antirracismo*. São Paulo: Papirus, 2005. p. 115-126.
- COLLINS, P. H.; BILGE, S. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2021.
- COLLINS, P. H.; BILGE, S. *Intersectionality*. Cambridge: Polity Press, 2016.
- FEDERICI, S. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Elefante, 2019.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1987.
- GONZALEZ, L. A categoria político-cultural de ameficanidade. In: SILVA, P. B. (Org.). *Pensamento negro: reflexões sobre o racismo e antirracismo*. São Paulo: Papirus, 1988. p. 75-82.

- GONZALEZ, L. Racismo e sexism na cultura brasileira. In: HOLLANDA, H. B. de (Org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. São Paulo: Bazar do Tempo, 1984. p. 223–231.
- HOOKS, b. *E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo*. São Paulo: Rosa dos Tempos, 1995.
- HOOKS, b. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.
- KILOMBA, G. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. São Paulo: Cobogó, 2019.
- RIBEIRO, D. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento; São Paulo: Pólen, 2017.
- RIBEIRO, D. *Quem tem medo do feminismo negro?* São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

---

#### Sobre a autora

##### **Suzana Oliveira de Almeida**

Doutora em Filosofia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Professora da Secretaria de Educação do Ceará (SEDUC – CE).

Recebido em: 10/09/2025  
Aprovado em: 19/10/2025

Received in: 09/10/2025  
Approved in: 10/19/2025